



ACÓRDÃO Nº 1848/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12196/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Centro de Controle de Oncologia - Fcecon
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Gerson Antônio dos Santos Mourão (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5533/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Gerson Antônio dos Santos Mourão**, Diretor-Presidente da Fundação Centro de Controle de Oncologia- Fcecon, exercício 2021, nos termos do art. 22, II, da Lei n. 2423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Gerson Antônio dos Santos Mourão**, Diretor-Presidente da Fundação Centro de Controle de Oncologia- Fcecon, nos termos do art. 54, VII, da Lei n. 2423/96 em virtude das irregularidades não sanadas descritas no Relatório Conclusivo nº 35/2022-DICA, quais sejam, registro de valor significativo no balanço financeiro sem justificativa ou comprovação e nota explicativa deficiente de informação e incapaz de esclarecer as demonstrações contábeis contidas nos autos, no valor de R\$ 1.706,80 e fixar prazo de 60 dias para que o responsável recolha o valor da **multa**, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III,



ACÓRDÃO Nº 1848/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar** a Diretoria de Controle Externo da Administração Direta Estadual – Dicad que notifique a Secretaria Estadual de Saúde – Ses recomendando que sejam tomadas providências concretas e urgentes a fim de implementar o concurso publico para preencher as vagas constantes na questão de auditoria nº 01 da Informação Conclusiva nº 15/2023 – Dicai, fls. 10749/10754.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral